III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH0592

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE: UMA ANÁLISE DO QUOCIENTE LOCACIONAL

RODRIGO PAULINO NASCIMENTO
FÁBIO RICCI
MARILSA DE SÁ RODRIGUES
rodrigopaulinonascimento@gmail.com
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
MARILSA DE SA RODRIGUES TADEUCCI
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE: UMA ANÁLISE DO QUOCIENTE LOCACIONAL

RESUMO

Este trabalho analisa a região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte sobre a perspectiva do desenvolvimento endógeno, onde se considera os potenciais internos de cada município como propulsores do desenvolvimento local e regional. Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa, onde foram analisados o PIB dos 39 municípios da região, fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com referência de 2011. Os resultados proporcionados pelo Quociente Locacional evidenciam que os potenciais da região fomentam o setor de serviços, seguida pela Indústria. Dessa maneira, concluí-se que as especificidades locais, condicionantes ao setor de serviços devem ser permeadas por políticas públicas, que envolvam qualificação profissional, além de direcionamento de verbas específicas para estímulo do setor.

Palavras Chaves: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Desenvolvimento Endógeno; Quociente Locacional; Potencial Econômico.

ENDOGENOUS DEVELOPMENT OF METROPOLITAN PARAÍBA VALLEY AND NORTH COAST: AN ANALYSIS OF LOCATION QUOTIENT.

Abstract

This paper analyzes the metropolitan region of Paraiba Valley and the North Coast from the perspective of endogenous development, which considers the internal potential of each municipality as the drivers of local and regional development. This is exploratory research, a quantitative approach, which analyzed the GDP of the 39 municipalities in the region, provided by the State System of Data Analysis Foundation (SEADE) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in respect of 2011. The results provided by the Locational Quotient show that the potential of the region promote the services sector, followed by industry. Thus, we conclude that local, constraints specific to the service sector should be permeated by public policies, involving professional qualification, targeting specific stimulus funding for the sector.

Key Words: Metropolitan Paraíba Valley and North Coast; Endogenous Development; Location Quotient; Economic Potential.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma avaliação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVLN) sobre o foco de desenvolvimento endógeno.

A proposição deste estudo vincula-se à necessidade de se entender e identificar os potenciais locais, capazes de estimular o crescimento econômico, humano, social e ambiental, de um plano micro (baseado nas especificidades de cada município) para o macro – (contribuição desses no contexto regional/nacional), utilizando-se dessa maneira a medida de especialização Quociente Locacional (QL).

Para o alcance do objetivo, o artigo foi distribuído em seções.

Na primeira seção, como forma de contextualização histórica e relacional entre desenvolvimento endógeno e potenciais econômicos, abordam-se as principais fases que contribuíram ao desenvolvimento econômico do país impulsionado por suas peculiaridades naturais, cuja região se configurou um importante expoente. Para tanto se discorre sobre as fases do açúcar, mineração, café e por fim a industrialização.

No segundo momento, discute as nuances do desenvolvimento e da competitividade regional. Por esse horizonte o conceito de desenvolvimento é analisado não apenas como propulsor do crescimento econômico, mas também aliado ao incremento social, humano, ambiental, dentre outros. Conquanto, busca-se entender o objetivo da criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, considerando questões, como: especialização dos potenciais locais, poder de negociação, articulação entre os membros que compõe a região e identificação de potenciais econômicos.

A relação entre desenvolvimento endógeno e a medida de especialização, Quociente Locacional (QL), são abordados na terceira parte do trabalho, na premissa que a identificação e comparação de segmentos produtivos de uma determinada localidade se configurem consonantes à proposta de desenvolvimento da região, cumprindo assim, o norte de criação da Região Metropolitana.

Em seguida apresentam-se os métodos e procedimentos utilizados que contribuíram diretamente para os resultados e discussões que de forma analítica e reflexiva auxiliaram a identificar as principais atividades que cada município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) traz como especificidade e que devem ser consideradas como potencial capaz de favorecer o desenvolvimento regional e por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fatores condicionantes ao desenvolvimento endógeno do Brasil

Os fatores que motivam o estudo sobre desenvolvimento regional se alicerçam no interesse de se entender como os processos de crescimento econômico, tecnológico e participativo se desenham e se aperfeiçoam dentro de um território.

Muitas vezes a busca por tais respostas se emaranham em contextos históricos, políticos, econômicos e sociais capazes de apontar os rumos que os agentes delineadores do desenvolvimento (nas suas distintas vertentes) devem seguir.

Fatores esses, congruentes com as questões analisadas e transcritas pelos Cepalinos que orientados por convicções críticas e dialéticas se propuseram em apresentar e discutir propostas, direcionadas à amenização do golfo existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, principalmente os países da América Latina (FONSECA, 2000, p.347).

Os resultados desses estudos evidenciaram influências diretas do modelo "capitalista" nas economias "subdesenvolvidas", a partir dos interesses do centro-orgânico, que sob análise da formação histórica e econômica brasileira, se configuraram como condicionantes à ilusão do desenvolvimento como defendera em tese Arrigui (1997).

Para se entender as nuances do desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVLN), um breve compêndio histórico se faz necessário, partindo de uma concepção macro – apontando os ciclos econômicos que formataram a identidade nacional – chegando até o cerne da discussão que é a análise do potencial econômico local como forma de proporcionar o desenvolvimento endógeno da região.

Neste intento, identifica-se que Furtado(2005), centrou seus estudos nas características do território brasileiro, preocupação evidenciada na obra Formação Econômica do Brasil, cujo debate permeia os principais fatos históricos e políticos que moldaram a identidade econômica do país. Com uma viagem analítica que se inicia no Brasil colônia e vai até a República, o autor, deixa claro que o fator primordial para o desenvolvimento do Brasil, desde sua colonização até os dias atuais, está em sua naturalidade, condição territorial e clima privilegiado. No entanto, o autor aponta uma questão a ser discutida: os problemas estruturais, que desde então sombreiam o progresso brasileiro.

Nessa perspectiva, apontam-se quatro períodos que pela concepção de Furtado, representaram o marco do despertar econômico, baseado nas peculiaridades naturais, sendo esses representados pelo: Ciclo do açúcar, descoberta de jazidas de ouro (ciclo da mineração e minas), a produção do café e a industrialização.

2.2 Açúcar

No século XVI (1530-1540) a ocupação territorial no Brasil limitava-se ao litoral. A principal atividade econômica nesse instante foi o cultivo da cana para produção de açúcar, que automaticamente era destinada á exportação (FREITAS, 2014). Nesse período o açúcar possuía um grande valor comercial na Europa, e o Brasil conseguia reunir atributos capazes de fomentar a produção, tais como: clima quente e úmido, além da qualidade propícia do solo em sua costa, o que o tornava altamente favorável (PRADO JÚNIOR, 1976, p.3).

Por esse horizonte Furtado (2005, p. 55) disserta:

> o empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, como fora o caso nas ilhas do Atlântico.

O elemento basilar presente nesse contexto centra-se nas condições para a realização da exploração da atividade, no tocante que o Brasil estava em seu início de colonização.

Continua, Furtado (2005, p. 55) "Cabe deduzir, portanto que os capitais foram importados", a priori os equipamentos e maquinários, em conseguinte a mão de obra europeia especializada. Nesse sentido, emerge a necessidade de relações comerciais com os países centrais ou desenvolvidos fortalecendo o que na visão de Arrighi (1997) se deu como as "redes de troca desigual".

> [...] redes de "troca desigual", ou seja, os Estados (frequentemente identificados como "industriais" ou "industrializados") se apropriam de uma

> parcela desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho, enquanto os a maioria dos outros Estados colhem apenas os benefícios que são necessários para conservá-los na relação de troca desigual" (ARRIGHI, 1997, p.207).

Indícios esses destacados por Prado Junior (1976) ao apontar que a mão de obra utilizada a princípio (na plantação de cana) era formada por indígenas, que além de numerosos se apresentaram, no primeiro momento, pacíficos, mas que ao longo do tempo (por motivos diversos) foram trocados por negros africanos.

Entretanto nos meados do século XVII a cultura açucareira começa a apontar passos de enfraquecimento no tocante que se evidenciam o alto custo proporcionado pela plantação, haja vista, que somente se prestava, economicamente, as grandes plantações, indicando assim o tipo de exploração agrária adotada no Brasil por meio da grande propriedade (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 19). Outro viés fundamental estava na parceria, ou seja, para se manter competitivo no mercado externo Portugal firmou convênio com comerciantes holandeses que controlavam o comércio europeu, que consequentemente adquiriram conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira que mais tarde, como aponta Furtado (2005 p. 27) "construíram as bases para implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe".

> A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinqüenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno a 1650. E essas reduzidas exportações se liquidavam a preços que não superavam a metade daqueles que haviam prevalecido na etapa anterior. Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época. (FURTADO, 2005, p. 28).

Se configurando assim, a migração da economia açucareira para a exploração do ouro e diamantes nas minas.

2.3 Minas

Entre os séculos XVII e início do século XVIII, o principal fator de expansão e integração econômica no Brasil, "tomam considerável impulso quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas" (PRADO JÚNIOR, 1976, p.37), aumentando dessa maneira as restrições econômicas e opressão administrativa da metrópole para garantirem seus interesses.

Guiados pelas descobertas de jazidas de ouro nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (MORAES, 2005, p. 154) e consideradas indutor da produção pastoril e alimentícias, o ciclo do ouro, trouxe um novo rumo ao país, proporcionando, inclusive a criação de diversos municípios a partir deste contexto.

> Na realidade a extração de ouro foi a primeira atividade econômica sistemática que permitiu a integração entre diversas regiões e atividades produtivas, como a criação de gado do sul e do Nordeste e a produção de alimentos no Sudeste. [...] além de mudar o fluxo populacional e intensificar a ocupação do interior da colônia, interligou as várias atividades econômicas coloniais, colaborando para a consolidação da colonização. (MORAES, 2005, p.154).

Em uma análise sobre a migração da cultura açucareira para as possibilidades da exploração mineira, Furtado (2005, p. 77) relata que a única saída naquele instante para Portugal era a descoberta de metais preciosos. O que provocou de acordo com autor, uma extraordinária rapidez de desenvolvimento da economia do ouro.

No entanto, se for traçar um paralelo entre a renda média dessa economia, Furtado (2005, p. 82) adverte que sua "produtividade era algo que dificilmente se poderia definir". Caracterizando que em determinadas sub-regiões, de acordo com momentos específicos poder-se-ia alcançar pontos altíssimos, porém, condicionados a quedas maiores. Dessa maneira, as regiões mais "ricas" se incluem entre as de vida produtiva mais curta. (FURTADO, 2005, p. 82).

O declínio da exploração mineira se dá a partir de 1780, cujas influencias, segundo Furtado (2005, p. 82-83) é refletido pelos seguintes fatores: renda média inferior à economia açucareira em sua etapa de prosperidade; quantidade da população livre maior e renda muito menos concentrada; composição de procura diversa, ocupando um espaço significativo dos bens de consumo corrente e ocorrendo contrário aos artigos de luxo; população dispersa, reunidas em grupos urbanos e semiurbanos e principalmente as distâncias existente entre a região mineira e os portos, o que encarecia os artigos importados.

2.4 CAFÉ

Em meados do século XIX, já predominava no Brasil a cultura do café. Produto novo, com grande expansão no consumo internacional, particularmente nos Estados Unidos (RICCI, 2006, p. 22).

Nesse contexto o Estado de São Paulo, mais especificamente o Vale do Paraíba possuía uma participação muito importante no cenário do café, pois nesse território em especial o Fundo do Vale (compreendendo os municípios de Bananal, São José do Barreiro, Areias e Silveiras), se encontravam grandes fazendas de cultivo, que conduziam ao progresso econômico do país no período.

Um dos maiores indícios da representatividade econômica do produto, na concepção de Maia (1971, p.32) emerge partir de 1820, onde começam a surgir opulentes residências senhoriais, evidenciando o apogeu da civilização do café em São Paulo recebendo destaque a sede da Fazenda Pau D' Alho em São José do Barreiro.

O transporte era outro fator delineante, para o sucesso do escoamento do café. Sendo até então realizados por tropas e muares, reflexo direto de que os municípios, cujo, território não estava próximo ao litoral, dificilmente desenvolviam sua área urbana, se limitando dessa maneira às atividades do campo. Nesse contexto, Reis Filho (1994 apud STEFANI 2007, p. 28), disserta:

> Antes da construção das ferrovias, as cidades que não se encontravam dentro da faixa litorânea eram sempre pequenas e sua população quase totalmente dedicada à atividade rural. Esses fatores não permitiam o crescimento de atividades econômicas na área urbana.

No histórico dos munícipios do Estado de São Paulo, principalmente nas cidades do Vale do Paraíba, encontram - se registros que relatam sobre a presença maciça de tropeiros, que desbravavam as serras do Mar e da Mantiqueira, por meio de caminhos desertos e tortuosos em destino ás terras mineiras, transportando gados, mercadorias, e em busca de ouro na região de Minas Gerais.

Essas passagens assumem suas devidas representatividades, a princípio pelo abastecimento da região mineradora e principalmente por traçar os caminhos que mais tarde a ferrovia iria percorrer como afirma Stefani (2008 p. 28) "todo transporte era

feito em lombo de burros e mulas por meio de diversos caminhos de tropas que cortavam a serra".

Outro fator preponderante para o desenvolvimento regional do Estado é destacado por Millet (1946), "os estadistas baianos e fluminenses que dirigiam britanicamente o império, caem com a proclamação da República, para ceder lugar aos paulistas enriquecidos, donos da economia nacional", criando assim, o grande despertar cafeeiro.

Entretanto, Furtado (2005, p. 182) aponta que a crise de 1929 foi contundente para que o café começasse a sofrer consequências negativas. Dessa forma, o autor infere algumas hipóteses, que provavelmente foram conduzidas naquele momento a fim de encontrar respostas capazes de dar direcionamento ao café.

A priori, deveria-se aumentar a produção que se encontrava em altos níveis, no tocante que os produtores continuavam expandindo suas plantações; e por outro lado, a impossibilidade de obtenção de crédito no exterior para financiar novos estoques dado a depressão dos mercados de capitais que influenciaram até o crédito do governo que desaparecera com a evaporação das reservas. Logo, os problemas deveriam ser analisados sobre as seguintes ópticas: Colher o café ou deixa - lo apodrecer? Caso se decidisse colher, qual o destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado a retê-lo em estoque ou destruí-lo? Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação?

2.5 A Industrialização

De acordo com Suzigan (2000) quatro interpretações podem ser dadas a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola exportadora.

> 1) "teoria dos choques adversos"; 2) a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; 3) a interpretação baseada no Brasil (ou "o capitalismo tardio"), e, a ótica da industrialização intencionalmente promovidas por políticas do governo.

Para Suzigan (2000, pgs. 23-24), a primeira interpretação baseia-se que, a industrialização começou como resposta às dificuldades impostas às importações pelos choques da Primeira Guerra Mundial, da Grande depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. A segunda concepção é liderada pela expansão das exportações, condicionada a existência de uma relação linear entre a expansão do setor exportador (principalmente do café) e a industrialização. E sobre o capitalismo tardio, propõe-se que o crescimento industrial deu-se como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no obstante que ao mesmo tempo em que a expansão da economia cafeeira estimulava o crescimento industrial, também impunha limites a esse crescimento.

Ricci (2006) destaca a contribuição das lavouras de café para o desenvolvimento industrial, destacando a participação da região Sudeste do país, como importante membro no cenário econômico e político nacional.

> A expansão das lavouras de café irá exigir a melhoria da infraestrutura regional levando as melhores condições e menores custos de transporte, absorção de tecnologia e modernização produtiva, particularmente a oferta de transporte e energia. A oferta de mão de obra e uma significativa população urbana que demanda artigos de consumo não duráveis são outros aspectos

> que favoreceram a instalação de unidades industriais na região. (RICCI, 2006 p.22)

Sendo assim, diversos debates emergem sobre o período em que a industrialização começa a ser estimulada no país, por meio de ações governamentais, como: proteção tarifária, concessão de incentivos e subsídios. Suzigan (2000 p.41) ao mencionar Hirschman afirmar que tal política de incentivo à indústria não foi implantada no Brasil antes da década de 1950, "o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial no período anterior a 1930 foi mínimo e não significativo".

No entanto Stein (1979, p.38 apud. RICCI, 2006, p.23), aponta que a indústria já galgava seus primeiros passos, principalmente no segmento têxtil no Império, tendo como base produtiva dois tipos de tecidos "tecidos grossos que serviam de roupa para os trabalhadores, escravos e livres, da cidade e do campo; panos para ensacar açúcar e principalmente o café".

Nesse contexto e baseado nessas novas demandas, Furtado (2005, p. 234) aponta que "o censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. Em 1940 essa porcentagem havia subido para 34,9, e em 1950 para 38,6", e se considerarmos os dados da renda nacional, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 453 por cento entre 1948 e 1955, evidenciando a era industrial nos pais.

Entretanto, a história revela uma nova etapa para o estímulo à indústria nacional, sendo permeada pelo desenvolvimentismo, cujo plano de metas, se configurou um passo importante ao desenvolvimento rápido da indústria. Ideário que empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50 (MANTEGA, 1992, p. 23).

> Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e como maior autonomia, dizia essa doutrina, era preciso incrementar a participação do Estado ma economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. (MANTEGA, 1992, p. 23).

O plano de metas, de acordo com Mantega (1992 p. 72) era considerado "a primeira experiência de planejamento estatal efetivamente posta em prática no Brasil", constituindo – se como coroamento da política de desenvolvimento.

Dessa forma, "o plano de metas objetivava remanejar os recursos do país de modo a canalizá-los para o prosseguimento e ampliação da escala de acumulação industrial, por meio da atuação do Estado" (MANTEGA, 1992 p.73).

Nesse ensejo, a ideologia desenvolvimentista foi defendida pela CEPAL como forma de favorecer o desenvolvimento interno aos países cujo subdesenvolvimento se enraizava.

Outro fator elementar que se observa na questão industrial e discorrida por Oliveira e Quintairos (2011), concentra-se na "regionalização industrial, condicionantes às suas assimetrias, disparidades econômicas e tecnológicas", no obstante que se tornam desiguais na mesma região. Fato que Furtado (2005 p.235) afirma "uma vez iniciado esse processo, sua reversão espontânea é praticamente impossível", sendo necessária uma estratégia regional que baseado em seus fatores endógenos proporcione o desenvolvimento igualitário.

2.6 Desenvolvimento e competitividade regional

De acordo com o entendimento de Vieira e Nascimento (2013 p. 3) "o termo desenvolvimento é cingido por pontos e contrapontos", ou seja, em sua definição

primária se relaciona com crescimento e progresso, intimamente enraizada e identificada em ramificações econômicas. Em outro instante assumem posições ao receber adjetivos como humano, social, eco, sustentável" (KRUEL, KERING, 2013, p.135), condições essas pertencentes à ideia central da dialética do desenvolvimento de Furtado (1964) que se fundamenta não apenas na acumulação, mas no apoio da força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para melhoria das condições de vida.

Por esse horizonte, ao visualizar os ciclos econômicos, principalmente, os três últimos (metais, café e industrialização), identifica-se a participação ativa da RMVLN no contexto do desenvolvimento nacional, induzindo "diferentes perspectivas, dada a natureza distinta do dinamismo existente nos seus diversos segmentos espaciais" (RODRIGUES, SANTOS, OLIVEIRA, 1992, p. 57).

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, criada em 09 de janeiro de 2012, possui 16.178 km², ocupando a área de 6,52% do Estado de São Paulo. Fazem parte da região 39 municípios, organizados em 5 sub-regiões. Seu PIB segundo a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano é de 55,6 bilhões de reais.

Em conseguinte a figura 1 apresenta os municípios membros, alocados entre as cinco sub-regiões.

Figura 1. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Fonte: Emplasa

Nesse compêndio, os subgrupos que compõe a RMVLN, possuem arquétipos mercadológicos distintos e que devem ser analisados sob a óptica regional, abordando suas principais virtualidades na premissa que não existem espaços globais, mas espaços de globalização (SANTOS 1998, p.269).

2.7 Desenvolvimento local endógeno e Quociente Locacional

Um dos grandes paradigmas a cerca do desenvolvimento regional está direcionado às estratégias que deverão ser utilizadas para atração de investimentos locais e regionais, a fim de aproveitar os potenciais recursos que determinado território possui.

Assim encontra-se em Furtado (2004), Cano (2006), Ricci (2006), dentre outros pesquisadores, relatos consistentes sobre o processo de formação econômica do Brasil e consequentemente da RMVLN cujas características elementares se destacam: clima tropical, qualidade do solo, fácil localização, etc., fatores condicionantes para que a

agricultura, agropecuária e serviços trouxessem crescimento econômico e desenvolvimento territorial para o país.

Nesse sentido, desenvolvimento endógeno parte da premissa que cada espaço, local e região possuem características apropriadas para locação de atividades próprias, condicionantes ao desenvolvimento.

Assim Braga (2003) afirma que desenvolvimento local endógeno:

> [...] teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais – internos a uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico variáveis como participação e gestão local.

Nesse intento, surge a necessidade de analisar a especialização das atividades locais, cuja região e seus membros possuem especificidades próprias e que podem ser condicionantes ao desenvolvimento regional. Mesmo considerando, as ponderações de Paiva (2006, p.90) ao afirmar que "o tema sobre especialização causa polêmica entre os teóricos do desenvolvimento", destacando Smith, Marshal e North. Entretanto, o autor disserta que a especialização comporta pelo menos dois sentidos: o de qualidade e acuidade superior e o de dedicação exclusiva.

Outro fator elementar à discussão sobre o desenvolvimento endógeno (do local ao regional) está direcionado ao poder de negociação entre os membros da região. Ribeiro (2008 p. 8), aponta que "a articulação entre as diferentes escalas espaciais revelam como o capital projeta suas ações no território de forma a mobilizar diferentes agentes para efetivação de suas intenções", sendo esse fator primordial para que a competição entre os lugares se reverta e se torne integração de potenciais.

> Uma vez que o dinheiro é reunido nas mãos corretas e no lugar correto no momento correto, então tem de ser posto a trabalhar para mobilizar as matérias – primas, as instalações e os equipamentos, os fluxos de energia e a força de trabalho para produzir uma mercadoria (HARVEY, 2011 p. 55).

Seguindo essa lógica, evidencia-se no prospecto de criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte, preocupação consonante com a perspectiva de atração de capitais para assim estimular o desenvolvimento regional, conforme destaca a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano Paulista embasada no artigo 2º da Lei complementar 1166 de 09 de janeiro de 2012, que apontam a as atribuições da Região:

> I – planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
> II – cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinado.

A ferramenta utilizada para analisar esses potenciais é o Quociente Locacional (QL), que de acordo com Paiva (2006, p.92) "busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião na qual aquela está inserida".

No contexto da Teoria Econômica, em que o foco se direciona ao desenvolvimento regional, o quociente locacional se apresenta como a medida mais importante de análise, pois, "não apenas informa se o objeto de mensuração é ou não

especializado (e quanto o é), mas também informa o quanto ele é especializado em algo e não o é em outro ponto" (RIEDL, MAIA, 2007, p. 32), contribuindo assim ao entendimento sobre a RMVLN.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Segundo Severino (2007, p.123) "pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho mapeando as condições de manifestação desse objeto".

Nesse intento, achou-se conveniente no primeiro momento do trabalho fazer um compêndio histórico, afim, de evidenciar que a formação econômica do Brasil (sobre a ótica de Furtado e outros estudiosos) esteve estritamente ligada aos potencias presentes no território, no caso os recursos naturais. Entretanto, os apontamentos realizados não possuem a pretensão e nem intencionalidade de se aprofundarem nesses contextos históricos que se configuram opulentes e intensos.

O cerne da proposta vincula-se na análise da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVLN) por meio da medida de especialização – Quociente Locacional (QL) - utilizando-se, também de recursos quanti-qualitativos, que conduziu à interpretação da região sobre a ótica das potencialidades locais.

A RMVLN, composta por 39 municípios e divididos em 5 sub-regiões, apresenta complexidades econômicas e territoriais interessantes e que devem ser observadas. Em busca de tal compreensão, analisaram-se dados fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam o resultado do PIB nos Municípios Paulistas, com recorte temporal de 2011, conforme aponta a tabela 1.

Tabela 1 - PIB total nos três setores na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Municípios	**Valor Adicionado**					
	Agropecuária (em milhões de reais)	**Indústria** (em milhões de reais)	**Serviços** (em milhões de reais)		**Serviços (em milhões de reais) Administração Pública + privada**	**Total** (em milhões de reais)
			Administração pública	**Total (2)**		
ESTADO DE SÃO PAULO	**23.399,29**	**304.129,31**	**102.352,79**	**781.297,37**		**1.108.825,96**
Sub-região 1						
São José dos Campos	31,73	10.369,97	1.459,97	11.063,77	12.523,74	21.465,47
Jacareí	22,76	2.288,46	474,07	2.400,18	2.874,24	4.711,39
Caçapava	26,29	1.152,16	201,51	971,68	1.173,19	2.150,13
Santa Branca	16,74	61,20	34,95	112,49	147,44	190,44
Paraibuna	23,43	42,18	46,23	109,25	155,48	174,87
Monteiro Lobato	4,41	6,21	11,06	32,96	44,02	43,58
Igaratá	10,72	19,37	25,27	84,61	109,88	114,70
Jambeiro	27,05	0,00	17,37	195,51	212,88	774,49
TOTAL PIB SETOR	163,13	13.939,56	2.270,42	14.970,46	17.240,88	29.625,08
Sub-região 2						
Campos do Jordão	0,72	99,42	132,53	496,02	628,54	596,16
Lagoinha	5,68	10,41	12,71	45,60	58,32	61,69
Natividade da Serra	5,98	6,51	17,65	49,20	66,85	61,69
Pindamonhangaba	34,95	1.679,42	350,37	1.560,74	1.911,11	3.275,11
Redenção da Serra	9,22	4,34	11,62	32,81	44,43	46,37
Santo Antônio do Pinhal	3,99	8,37	18,31	54,08	72,39	66,44
São Bento do Sapucaí	13,06	16,19	23,64	87,15	110,79	116,39
São Luís do Paraitinga	13,90	12,52	28,48	82,35	110,83	108,76
Taubaté	24,18	3.901,35	787,44	3.956,20	4.743,64	7.881,74
Tremembé	16,62	144,13	97,32	291,93	389,25	452,68
TOTAL PIB SETOR	128,31	5.882,64	1.480,07	6.656,07	8.136,14	12.667,02

Sub-região 3						
Aparecida	0,67	65,64	89,36	381,56	470,92	447,87
Cachoeira Paulista	10,52	47,43	63,38	326,33	389,71	384,28
Canas	2,38	10,60	12,52	28,77	41,29	41,76
Cunha	15,82	18,72	46,26	132,50	178,76	167,03
Guaratinguetá	23,84	647,77	263,30	1.304,25	1.567,55	1.975,86
Lorena	18,57	450,80	181,91	817,27	999,18	1.286,64
Piquete	2,55	24,49	30,64	92,92	123,56	119,95
Potim	1,35	41,44	44,26	103,86	148,12	146,66
Roseira	4,61	143,11	24,37	109,32	133,69	257,04
TOTAL PIB SETOR	80,31	1.450,00	756,00	3.296,77	4.052,78	4.827,08
Subregião 4						
Arapeí	2,81	5,40	9,39	20,72	30,11	28,93
Areias	7,27	5,53	11,63	25,51	37,14	38,31
Bananal	7,96	23,23	26,22	75,91	102,13	107,11
Cruzeiro	9,09	391,09	185,51	767,57	953,08	1.167,75
Lavrinhas	3,48	14,82	17,17	41,46	58,64	59,76
Queluz	3,59	15,84	26,90	76,45	103,36	95,88
São José do Barreiro	12,78	3,79	12,18	30,24	42,42	46,81
Silveiras	11,98	7,41	14,31	39,27	53,58	58,66
TOTAL PIB SETOR	58,95	467,11	303,32	1.077,14	1.380,46	1.603,19
Subregião 5						
Caraguatatuba	4,54	251,55	268,71	1.159,23	1.427,94	1.415,32
Ilhabela	5,72	48,76	86,79	276,47	363,26	330,95
São Sebastião	9,77	162,55	296,64	893,23	1.189,88	1.065,55
Ubatuba	13,83	145,44	184,13	863,70	1.047,84	1.022,97
TOTAL PIB SETOR	33,85	608,30	836,28	3.192,64	4.028,92	3.834,79

Fonte: SEADE/IBGE 2011 - Organizado pelo autor

Assim, aplica-se no estudo a medida de especialização Quociente Locacional (QL) que permite a comparação e análise da participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional (RIEDL, MAIA, 2007, p. 32), ou seja, o QL se configura uma importante ferramenta metodológica, capaz de avaliar o setor de atividade mais propício ao desenvolvimento endógeno de uma determinada região, considerando, suas características e potencialidades.

No campo teórico sobre desenvolvimento regional, Suzigan et al.(2003) e Rield (2006) apresentam o estudo do quociente locacional utilizando como base de análise o emprego. Entretanto, Paiva (2006 p. 92) adverte que "usualmente (mas não obrigatoriamente!) utiliza-se a participação percentual do emprego", podendo esse ser aplicado com outras variáveis.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se direciona ao Produto Interno Bruto (PIB) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, considerando, os três setores: Agropecuária, Indústria e Serviços.

Logo, na concepção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entende-se por agropecuária as características do produtor rural e do estabelecimento, no que diz respeito à agricultura, pecuária e agroindústria. No que tange a indústria considera-se a definição do Ministério do Trabalho e Emprego que o define pelos seguintes subsetores: Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicação; Indústria do material de transporte; indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papelão, editorial e gráfica; indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares; indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, indústria têxtil de vestuário e artefatos de tecidos; indústrias de calçados e indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. No atributo Serviços, sobre o foco do órgão ministerial, compreendem-se os subsetores: Instituições financeiras, comércio e administração de imóveis, serviços

técnicos e profissionais, transportes e comunicações, serviços médicos, odontológicos, ensino, serviços públicos, etc.

Cabe mencionar que os campos utilizados para análise foram apenas os indicados como Valor Adicionado na perspectiva de que esses são considerados o valor final dos bens produzidos pela economia, porém, recomenda-se pesquisas complementares que investiguem o impacto dos impostos, PIB percapta e outras variáveis macroeconômicas.

Sendo assim, o QL baseado no PIB, é expresso pela seguinte expressão:

$QL=(P_{ij} / P_{Tj}) / (P_{iT} / P_{TT}) = (P_{ij} / P_{iT}) / (P_{Tj} / P_{TT})$, onde:

P_{ij} = PIB setor i na região j

P_{Tj} = PIB total (em todos os setores considerados) na região j

P_{iT} = PIB do setor i em todas as regiões

P_{TT} = PIB total em todas as regiões

Após aplicação dos indicadores na expressão apresentada, o próximo passo é interpretar o Quociente Locacional, para tanto, Haddad (1989 apud RIELD e MAIA, 2007 p. 32) afirmam que,

> "se o valor de QL for maior do que 1, poderia indicar que a atividade na região é básica, ou seja, voltada para exportação, e um QL inferior representaria uma atividade não básica, voltado para o mercado da própria região."

Nesse sentido, Pelinsk, Lima, Staduto (2009, p. 80) afirmam que "QL superior a unidade indica que a atividade, em determinada região, tem um padrão de localização mais significativo. Por isso, indica a especialização regional das atividades produtivas e sua tendência de concentração".

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano a RMVLN continua em formação com desafios importantes a serem superados. Atração de investimentos, relacionamento intermunicipal, direcionamento de verbas específicas a projetos que visem estimular o desenvolvimento local, dentre outros temas, que são debatidos mensalmente em reuniões dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, que conta com a participação pública, privada e social.

Assim entende-se que a discussão proposta desse trabalho parte da premissa que o conhecimento sobre prováveis setores estratégicos se configuram fundamentais para se planejar ações consistentes de desenvolvimento, conforme se espera da criação da presente Região Metropolitana.

Dessa forma, toma-se como base do estudo as 5 sub-regiões da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, em que evidencia os setores analisados com seus respectivos PIBs.

Na tabela 2, aponta-se a distribuição do PIB no contexto da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Tabela 2 - Distribuição percentual do PIB nas Subregiões da RMVLN

	Agropecuária	Indústria	Serviços
Subregião 1	0,52 %	44%	55%
Subregião 2	0,90 %	42%	56%
Subregião 3	1,43 %	26%	72%
Subregião 4	3,09 %	24%	72%
Subregião 5	0,72 %	13%	86%

Fonte: Organizado pelo autor

Percebe-se que o setor de serviços é o que tem contribuído diretamente com o desenvolvimento regional com participação elevada, principalmente nos munícipios, em que o setor industrial não se faz intensos, como são os casos das sub-regiões 3,4 e 5.

Em contrapartida, verifica-se que os municípios de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava concentram 99% do PIB industrial na sub-região 1 e 44% em toda Região Metropolitana, e em igual patamar os municípios de Taubaté e Pindamonhangaba possuem 95% de todo PIB Industrial na sub-região 2 e 42% de toda região. Percebe-se que esses dois casos condicionam um desequilíbrio nas relações setoriais nesses territórios, ou seja, nos demais municípios (de ambas as sub-regiões 1 e 2), onde a atividade industrial não se apresenta consistente, outros segmentos como os serviços, por exemplo, são considerados a base do crescimento econômico desses locais, se evidenciando mais elevadas do que demonstrado no somatório indicado na tabela 2.

Portanto, identifica-se que o Vale Industrializado é representado por locais dispersos dentro da região.

Em seguida, avalia-se o quociente locacional da sub-região 1.

Tabela 3 – Quociente Locacional sub-região 1

Municípios	**Quociente Locacional**		
	Agropecuária	**Indústria**	**Seviços Administração Pública + privada**
São José dos Campos	0,17	1,16	0,9
Jacareí	0,54	1,13	0,91
Caçapava	1,38	1,26	0,82
Santa Branca	9,22	0,7	1,08
Paraibuna	13,15	0,49	1,16
Monteiro Lobato	10,01	0,29	1,33
Igaratá	9,5	0,35	1,29
Jambeiro	13,98	0	1,46

Fonte: Organizado pelo autor

Percebe-se que na tabela do quociente locacional da sub-região 1, seis municípios possuem QL>1 no setor agropecuário, indicando que a atividade rural possui papel importante no local. Destaca-se que os municípios Paraibuna e Jambeiro fazem parte do Circuito da Cultura Caipira, enquanto Jacareí, Caçapava, Santa Branca e Igaratá compõem a Rota da Cachaça com grandes possibilidades de exportação. Outro víeis importante presente nessa sub-região, são as indústrias de ponta em São José dos Campos, Jacareí e Caçapava, cujo QL, indica que são atividades de alta especializações nos setores automotivos, aeroespacial, aeronáutico, dentre outros.

Informações apresentadas pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ao afirmar que “o município possui um parque industrial, composta por 1.659 indústrias que empregam 47.500 pessoas, englobando cadeias produtivas nos seguimentos aeronáutico, automobilístico, espacial, defesa, química, farmacêutica e indústria de óleo e energia”. Além do Distrito empresarial que concentra 100 empresas de pequeno e médio porte.

Destaca-se que no mesmo período de avaliação do presente trabalho a CIESP– Centro de Indústrias do Estado de São Paulo apontou os setores que mais contrataram na regional de Jacareí no ramo industrial foram celulose e produtos de papel (6,42%), produtos têxteis (4,52%), borracha e material plástico (0,27%).

Tabela 4– Quociente Locacional sub-região 2

Municípios	**Agropecuária**	**Indústria**	**Seviços Administração Pública + privada**

Subregião 2			
Campos do Jordão	0,12	0,35	1,42
Lagoinha	9,47	0,36	1,29
Natividade da Serra	9,34	0,21	1,39
Pindamonhangaba	1,19	1,19	0,87
Redenção da Serra	19,73	0,19	1,26
Santo Antônio do Pinhal	5,84	0,25	1,41
São Bento do Sapucaí	11,57	0,29	1,3
São Luís do Paraitinga	12,56	0,23	1,33
Taubaté	0,34	1,16	0,9
Tremembé	3,75	0,67	1,17

Fonte: Organizado pelo autor

A sub-região 2 indicadas por Taubaté e Pindamonhangaba, são os municípios que também fazem parte do Vale Industrializado, reflexo evidenciado pelo quociente locacional ao mostrar que ambos os municípios possuem importantes participações na indústria de alta tecnologia, o fator estratégico que deve ser levado em consideração é a localização de ambos os municípios – às margens da Rodovia Presidente Dutra. Deve ressaltar que recentemente se instalou em Pindamonhangaba, a empresa GV do Brasil Indústria e Comércio de Aço ligado ao grupo mexicano SIMEC, com investimento de R$ 600 milhões, gerando 700 empregos e com a expectativa de criação de um complexo empresarial ao seu redor.

No entanto, demonstram-se pela tabela 4 que as atividades ligadas ao rural são muito intensas, principalmente nos municípios dadas às características predominantemente interioranas e com fácil acesso aos centros industriais, como são o caso dos municípios de Redenção da Serra (19,73), São Luiz do Paraitinga (12,56) e São Bento do Sapucaí (11,57). Percebe-se que o quociente locacional aponta que o QL de Pindamonhangaba no setor de industrial se equipara ao agropecuário, no entanto, deve-se destacar que por meio do desvio padrão entre ambos os setores, identificou-se que são na ordem de 188,70 para agricultura e 0,40 para indústria (considerando apenas a sub-região 2), dessa forma, considera-se que o segundo é mais intenso do que o primeiro. Deve-se destacar que Pindamonhangaba está incluso no Circuito da Mantiqueira. Na abordagem de serviços, constata-se que o segmento volta-se para o atendimento interno aos municípios. Com exceção a Campos do Jordão (QL 1,42), conhecida como Suíça Brasileira, tendo como sua maior fonte de renda o turismo, indústria de confecção de malhas, artesanato e exploração de água mineral.

Tabela 5 – Quociente Locacional sub-região 3

Municípios	**Agropecuária**	**Indústria**	**Seviços Administração Pública + privada**
Subregião 3			
Aparecida	0,15	0,31	1,45
Cachoeira Paulista	2,91	0,27	1,44
Canas	5,43	0,5	1,25
Cunha	9,2	0,22	1,38
Guaratinguetá	1,32	0,74	1,15
Lorena	1,56	0,79	1,12
Piquete	2,1	0,41	1,35
Potim	0,88	0,56	1,28
Roseira	2,03	1,31	0,78

Fonte: Organizado pelo autor

A sub-região 3, composta por Guaratinguetá e Lorena, se configuram localidades promissoras em se tratando de Indústria de transformação.

Embora, existam em Guaratinguetá e Lorena empresas que se destacam nesse segmento, constata-se que o quociente locacional está abaixo do índice considerado estratégico (acima de 1). Todavia empresas como: Basf The Chemical Company, Liebherr Brasil, Liebherr – Aerospace Brasil Ltda, AGC Vidros do Brasil Grupo VALGROUP, Yakult, Apolo Tubulars e COMIL são plantas que contribuem para o desenvolvimento industrial local.

Na análise do setor de serviços na subregião 4, constata-se que o nível de especialização voltado ao turismo, especificamente religioso se configura mola propulsora do desenvolvimento local. Destaca-se nesse horizonte a Estância Turística de Aparecida, Cachoeira Paulista, Guaratinguetá e Lorena, municípios que compõe o Circuito da Fé.

Em detrimento ao setor agropecuário, a cidade de Canas (5,43) se encontra em um patamar interessante, instigado pela cultura do Arroz.

Tabela 6 – Quociente Locacional sub-região a 4

Municípios	**Agropecuária**	**Indústria**	**Seviços Administração Pública + privada**
Subregião 4			
Arapeí	9,09	0,36	1,3
Areias	18,06	0,28	1,23
Bananal	7,41	0,44	1,26
Cruzeiro	0,83	0,74	1,16
Lavrinhas	5,6	0,49	1,26
Queluz	3,62	0,33	1,39
São José do Barreiro	26,88	0,16	1,18
Silveiras	20,36	0,26	1,21

Fonte: Organizado pelo autor

Na sub-região 4, percebe-se que apenas Cruzeiro, possui uma indústria de referência nacional, Iochpe Maxion Rodas e Chassis que também se configura a maior contratante da região. Em compensação o Município de Queluz, o subsetor de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, baseado nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego com referência no mesmo período dessa pesquisa indicaram que a indústria representou dados positivos para geração de emprego e renda. Mas o que se evidenciou um potencial intenso, como as demais regiões, foi o setor de serviços. Salienta-se, nesse momento que o Vale Histórico, possui como principais atrativos o turismo histórico, principalmente, pelas fazendas do café.

Tabela 7 – Quociente Locacional sub-região 5

Municípios	**Agropecuária**	**Indústria**	**Seviços Administração Pública + privada**
Subregião 5			
Caraguatatuba	0,33	0,38	1,4
Ilhabela	1,69	0,3	1,43
São Sebastião	0,89	0,3	1,44
Ubatuba	1,42	0,31	1,43

Fonte: Organizado pelo autor

A sub-região 5 é a que apresenta níveis de especialização baixos na questão de industrialização, no obstante que o turismo litorâneo é o seu fator chave. Por esse horizonte, evidencia-se que os quatro municípios estão com o quociente locacional acima de 1, designando que o potencial econômico desse território, é estimulado pelo alto poder de atração da função de veraneio associada à função ecológica e de pesquisa. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, um dos fatores estratégicos da sub-região 5, se encontra em São Sebastião, por meio do Terminal Portuário de São Sebastião que de importa e exporta produtos para o mundo inteiro.

5 Considerações Finais

Pretendeu-se neste artigo analisar a Região Metropolitana do Vale do Paraíba sobre a óptica do desenvolvimento endógeno, ou seja, por meio dos potenciais locais, capazes de influenciar positivamente no desenvolvimento regional.

Como a proposta do artigo permeia desenvolvimento endógeno, considerou-se importante contextualizar o trabalho indicando os principais ciclos econômicos brasileiros, cujos fatores: clima, facilidade de acesso, mão de obra, dentre outros elementos se configuraram condicionantes à formação econômica do Brasil. O intuito contido no arcabouço histórico foi apontar que o Vale do Paraíba se apresentou como protagonista, dando acesso às minas de metais preciosos, servindo de principal território do plantio do café e implantação de indústrias, principalmente, do setor têxtil.

No âmbito de competitividade regional, o debate se iniciou com a definição de desenvolvimento, identificação das principais características da Região Metropolitana do Vale do Paraíba com propósito de traçar um paralelo entre potenciais econômicos e desenvolvimento, no pressuposto que o crescimento econômico se torna importante, mas, a análise de participação das pessoas no contexto desse incremento se tornam fundamentais.

Em seguida, discutiu-se desenvolvimento endógeno e quociente locacional, na premissa que cada espaço, local e região possuem características apropriadas para locação de atividades próprias, condicionantes ao desenvolvimento, sendo o quociente locacional uma ferramenta importante para analisar esses potenciais.

Posteriormente, com base no Produto Interno Bruto da RMVLN ficou evidenciado que o setor de serviços representa potencial intenso, a partir da localidade em que se encontra a região. Constatou-se por meio do quociente locacional que a indústria de alta especialização se encontra concentrada nas sub-regiões 1 e 2, no tocante que em outras sub-regiões como são os casos de Lorena e Guaratinguetá o setor começa a se destacar. Em se tratando de agropecuária os maiores QLs estão presentes na subregião 4, contemplando o que a distribuição percentual do PIB indica, como sendo de 3,09%.

Dessa maneira percebeu-se que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, possui especificidades particulares em cada município, sendo o setor de serviços com maior representatividade, atinente aos potenciais que os mesmos oferecem.

Nesse contexto, concluímos que políticas públicas devem ser direcionadas, a fim de estimular a especialização do respectivo setor, instigando dessa maneira, a confecção de novos estudos, cuja contribuição possa auxiliar os agente públicos, privados e civis à desenvolverem estratégias de fomento dos potenciais regionais.

6 Referências

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** 6º edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAGA, Tania Moreira. **Desenvolvimento local endógeno**: Entre a competitividade e a Cidadania. R. B. Estudos urbanos e regionais nº 5 / maio 2002. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/63/47>. Acesso em: 09/04/2014.
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.Cidades. Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=> Acesso em: 05/04/2014.
CANO, Wilson. **Desequilibrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino**. *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2000, vol.54, n.3, p. 333-358. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v54n3/a04v54n3.pdf>. Acesso em: 08/04/2014.

FREITAS, Eduardo. **Formação e organização do Território Brasileiro**. São Paulo: Brasil Escola, 2014. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/brasil/formacao-organizacao-territorio-brasileiro.htm>. Acesso em: 07/04/2014.
FUNDAÇÃO SEADE. **PIB dos Municipios do Vale do Paraíba.** São Paulo, 2011.
FURTADO, Celso, 1920-2004. 2**. Desenvolvimento econômico** – Periódicos. 3. Áreas subdesenvolvidas – Periódicos 4. Brasil – Condições econômicas. I. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231610110.MD1_0.pdf>
FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, ed. Companhia Editora Nacional, 2005 Disponível em: <http://cei1011.files.wordpress.com/2010/05/feb_celsofurtado.pdf>.
HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
KRUEL, Alexandra Jochims. ROQUEKLERING, Luis. **Breves apontamentos sobre desenvolvimentos**. Ver. Redes – Ver. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v.18, n.1, p.132–146, jul/abril,2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3074/2504>Acesso em 01/04/2014.
MAIA, Tom. **Velhas Fazendas.** São Paulo: Imprensa Oficial, 1971.
MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1992.
MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: BIPA, 1946. Pp. 17-27.

MORAES, José Geral Vinci. **História**: Geral e Brasil. 2ed. São Paulo. Atual, 2005.
NASCIMENTO, R. P.; VIEIRA, Edson Trajano. **Desenvolvimento: da ilusão à liberdade**. In: II CICTED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, Taubaté, 2013.
OLIVEIRA, E. A. A. Q.; QUINTAIROS, P.. **Estudo das disparidades econômicas e tecnológicas no desenvolvimento regional desequilibrado do Vale do Paraíba.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, p. 256-281, 2011.
PAIVA, Águedo Paiva. **Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1446/1810> Acessado 06/04/2014.
PELINSKI, Augusta; LIMA, Jandir Ferrera; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **As atividades produtivas nas microregiões paranaenses.** *Economia & Tecnologia – Ano 05, Vol. 16 – Janeiro/Março de 2009.*
PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

RIBEIRO, Ítalo Franco. **Mobilidade do capital e o mercado de trabalho fabril na região do Vale do Paraíba Paulista / SP – Brasil**. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Peru, 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_%C3%8Dtalo-Franco-Ribeiro.pdf> Acesso em 10/04/2014.

RICCI, Fábio. **A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraiba paulista.** Revista de História Econômica & Econômia Regional Aplicada – v.1, n.1 – Jul/Dez – 2006.

RICCI, Fabio. **Indústrias Têxteis na Periferia**: Origens e Desenvolvimento - O caso do Vale do Paraíba. Cabral, 2006.

RICCI, Fábio. **O desenvolvimento Regional e a Dinâmica do capital**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 1, n.2, 2005.

RIEDL, Mario; MAIA, Cláudio Machado. **Especialização e potencial endógeno na análise regional.** • G&DR • v. 3, n. 2, p. 27-48, mai-ago/2007. Disponível: < http://www.rbgdr.net/022007/artigo2.pdf> . Acessado em: 15/03/2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. Ed: Hucitec, 1988.

SANTOS, Moacir José; CARNIELLO, Monica Franci; MURADE, José Felício Goussain. **Relações entre cultura popular, capital social e desenvolvimento sustentável de São Luiz do Paraitinga – SP** – Brasil. Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 8 - 20, jan/abril 2013

SÃO PAULO. Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf> Acesso em: 02/04/2014.

SILVA FILHO, Guérino Edécio; CARVALHO, Eveline Barbosa Silva. **A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional**: Investigação das convergências em um cenário Pós – Cepalinos. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza,v. 32, n. Especial p. 467-482, novembro 2001. Disponivel em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren2001_v32_ne_a2.pdf> Acesso em: 09/04/2014.

STEFANI, Celia Regina Baider. **O sistema ferroviário paulista**: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022008-102649/>. Acesso em: 01/04/2014.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira. **Origem e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 2000. Cap. 1 – Origens do desenvolvimento industrial brasileiro: Principais interpretações e questões em aberto. P. 23-77.